



GOVERNO DE  
**ABREULÂNDIA**  
DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE PARA TODOS

EM 05/04/2022  
DINAMITOU S. Lima  
Presidente da Câmara Mun. de Abreulândia

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA - TO**  
**PROJETO DE LEI Nº 023/2022, De 18 de janeiro de 2022.**

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 060/2009, que trata sobre o RPPS do Município de Abreulândia/TO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA, Estado do Tocantins, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Lei Municipal nº 060, de 01 de setembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 70. ...

§2º Os membros do Conselho Previdenciário terão mandatos de 4 (quatro) anos, permitida a recondução de acordo com a vontade do Conselheiro, desde que aprovada pelos demais membros titulares.

Art. 73-A. Fica criado o cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, que será eleito pelo voto direto dos segurados devidamente inscritos no quadro de segurados do Regime de Previdência ABREULÂNDIA-PREVI, na sua forma majoritária, passando posteriormente pela homologação da Câmara Municipal deste município, esta que não poderá ter poder de veto, apenas de fiscalização e ratificação dos termos aprovados em Assembleia Geral e será nomeado pelo Prefeito Municipal, para assumir o cargo de Diretor Executivo, com ônus para o tesouro municipal.

§1º. Para habilitação a concorrer ao cargo de Diretor Executivo, o interessado deverá ser titular de cargo efetivo do município de Abreulândia/TO a pelo menos 3 (três) anos, bem como, comprovar previamente o preenchimento dos requisitos elencados abaixo, que são indispensáveis para a participação no processo eleitoral.

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

II - experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos, no exercício de atividade nas áreas previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

III - formação de nível superior.

§1º-A. Após nomeado para a função, o Diretor Executivo deverá obter a certificação específica de que trata o inciso II do art. 8º-B da Lei Federal nº 9.717/1998, no prazo e forma estabelecidos pela Portaria SEPRT/ME nº 9.907/2020.

[...]



**ESTADO DO TOCANTINS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA - TO**

§6º O cargo de Tesoureiro do ABREULÂNDIA-PREVI será exercido por servidor público efetivo estável, escolhido através de voto direto dos filiados devidamente inscritos no quadro de segurados do Regime de Previdência ABREULÂNDIA-PREVI, nomeado pelo Prefeito Municipal, desde que não tenha sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§6º-A. A remuneração do Tesoureiro será de responsabilidade do tesouro municipal, tendo por referência o valor do seu vencimento do cargo efetivo, acrescida de uma gratificação de 20% (vinte por cento).

Art. 73-B. Compete ao Diretor Executivo do ABREULÂNDIA-PREVI as seguintes atribuições:

- I - representar o ABREULÂNDIA-PREVI em todos os atos e perante quaisquer autoridades;
- II - comparecer às reuniões do Conselho Previdenciário, todavia, sem direito a voto;
- III - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Previdenciário;
- IV - propor, para aprovação do Conselho Previdenciário, o quadro de pessoal do ABREULÂNDIA-PREVI;
- V - nomear, admitir, contratar, prover, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores do ABREULÂNDIA-PREVI;
- VI - apresentar relatórios trimestrais de receitas e despesas (relatório de gestão) ao Conselho Previdenciário, bem como à Câmara Legislativa do Município de Abreulândia - TO;
- VII - analisar e despachar os processos de habilitação a benefícios, bem como, conceder benefícios por meio de ato vinculado aos requisitos legais e constitucionais, pertinentes à matéria de ordem previdenciária;
- VIII - de forma conjunta com o Tesoureiro, movimentar as contas bancárias do ABREULÂNDIA-PREVI, sendo necessário a assinatura de ambos em tais movimentações;
- IX - fazer delegação de competência aos servidores do ABREULÂNDIA-PREVI;
- X - ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração.

[...]

**§3º (REVOGADO)**

Art. 2º O servidor nomeado para o cargo de Diretor Executivo de que trata o art. 73-A, da Lei Municipal nº 060, de 01 de setembro de 2009, terá direito à progressão funcional de seu cargo de origem observada às normas constantes.

Art. 3º o cargo de Diretor Executivo equipara-se ao cargo de Secretário Municipal, para todos os fins, inclusive quanto à remuneração e tratamento.





GOVERNO DE  
**ABREULÂNDIA**  
DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE PARA TODOS

APPROVADO  
EM 04/07/2022  
Presidente da Câmara Municipal de Abreulândia

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA - TO**

Art. 4º - Esta lei passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2022.

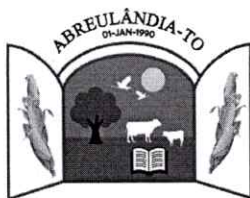
Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA - TO, aos 18 dias do mês de janeiro do ano de 2022.



**MANOEL FRANCISCO DE MOURA**

Prefeito Municipal



Estado do Tocantins  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

**APROVADO**  
EM 07/04/2022  
*DINÂMICA 704 5- Lim 3*  
Presidente da Câmara Mun. de Abreulândia

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO; COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE e DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 0023/2022**

***Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 060/2009, que trata sobre o RPPS do Município de Abreulândia/TO, e dá outras providências.***

**Relatoria: Leoman Batista Medrado**

Estas Comissões Permanentes, com base no que estabelece o artigo 37 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta ao Projeto de Lei acima mencionado, o seguinte **PARECER:**

Somos **FAVORÁVEIS A APROVAÇÃO** do Projeto, pois está redigido adequadamente, atende aos preceitos legais e por ser de interesse do Poder Executivo e, por consequência, da municipalidade.

O projeto em análise versa sobre a alteração da Lei Municipal nº 060/2009 modificando o prazo do Conselho Previdenciário para 4 (quatro) anos e criando o cargo de Diretor Executivo do AbreulândiaPREV, com status de secretário municipal, respeitados os requisitos constantes no artigo 73-A, além de proporcionar ao Tesoureiro do instituto de previdência o acréscimo de 20% de gratificação sobre a remuneração do cargo efetivo do nomeado.

Com o advento do fim da vigência da Lei Complementar nº 173/2020 que vedava, entre outras, a criação de cargos públicos, entendemos pertinentes as referidas adaptações com o objetivo de fortalecer o AbreulândiaPREV.

Desta forma, **SOMOS FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO** e, neste sentido, com base na legalidade da propositura sob a égide da competência municipal e a relevância pública do assunto, opinamos desta forma inexistindo, portanto, óbice jurídico à tramitação.

À deliberação plenária.

SALA DAS COMISSÕES, 05 de abril de 2022



Estado do Tocantins  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ABREULÂNDIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

*Maria Laurinda Inácio de Sousa*  
Maria Laurinda Inácio de Sousa

*Leoman Batista Medrado*  
Leoman Batista Medrado

*Raimundo Nonato Inácio de Sousa*  
Raimundo Nonato Inácio de Sousa

*Ednaura Alves Costa*  
Ednaura Alves Costa

*Regiane Abreu*  
Regiane Abreu

*Francisco de Assis Santos Sousa*  
Francisco de Assis Santos Sousa

*Mônica P. de Figueiredo Narciso*  
Monica Pereira de Figueiredo Narciso